

O MAR COMO FRONTEIRA

COOK, BANKS, PARKINSON E A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS DO BRASIL COLONIAL

ÂNGELA DOMINGUES*

Resumo: Partindo de uma reflexão sobre a fronteira colonial, este artigo pretende lançar a discussão em torno da noção do mar como fronteira. Na sua atracção pela fronteira continental, os historiadores secundarizam a fronteira marítima. Partindo de um estudo de caso – a primeira viagem de circum-navegação de James Cook e os relatos a ela associados – pretende-se contribuir para um melhor entendimento da fronteira colonial brasileira, bem como da forma como Impérios Europeus do século XVIII se pensavam a si e nas suas relações com os outros Impérios; e ainda, de como a Europa das Luzes se considerava quando se relacionava com as colónias de matriz europeia estabelecidas nos trópicos, ou, neste caso concreto, com o Brasil colonial.

Palavras-chave: Brasil colonial; Iluminismo; Viagens científicas; Pensamento científico.

Abstract: Based on a reflection on colonial borders, this paper intends to discuss the notion of the sea as a border. By focusing excessively on continental borders, historians tend to underrate the maritime borders. Based on a case study, James Cook's first voyage of circumnavigation and corresponding reports, we aim to contribute to a deeper understanding of the Brazilian colonial border, as well as the manner in which the European Empires of the 18th century viewed themselves and their relations with other Empires. We will also explore how the Europe of Enlightenment regarded itself when relating with the European colonies established in the tropics or, in this specific case, with colonial Brazil.

Keywords: Colonial Brazil; Enlightenment; Scientific travel; Scientific thought.

Quando associo numa mesma frase *fronteiras* e *Brasil colonial*, penso simultaneamente em *cartografia* e *religião*. Ou seja, e explicando melhor o que quero dizer, é que, se por um lado, visualizo o triângulo compacto que constitui o subcontinente sul-americano a que se sobrepõe um outro maciço triangular que representa o território brasileiro; por outro, não deixo de pensar no milagre que mantém este Brasil, constituído por uma multiplicidade de outros *brasis*, coeso enquanto entidade política e identitária que faz com que os brasileiros se reconheçam enquanto tal¹. Esta questão não é despicienda, encontrando-se, por exemplo, já plasmada na reflexão política brasileira do período pós-independência: a não-união e a não-uniformidade de opinião existentes entre as diferentes províncias brasileiras eram fenómenos notados e temidos por políticos e pensadores brasileiros de inícios de Oitocentos, enquanto possíveis factores de fragmentação e de divisão política da nação².

Mas *fronteiras* e *Brasil colonial* remetem também para outro tipo de reflexões talvez mais válidas, algumas de natureza conceptual e metodológica que, por mais que se conheçam e estudem, continuam a exercer interesse e fascínio, umas vezes pelas

* Doutorada e mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão. Investigadora do Instituto de Investigação Científica Tropical. Investigadora associada do Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa.

¹ Esta referência a vários *brasis* ou a um Brasil com vocações várias remete para a leitura de ALENCASTRO, 2000.

² NEVES & NEVES, 2010.

similitudes, outras pelas dissemelhanças que as fronteiras coloniais sul-americanas têm na sua comparação com as fronteiras europeias e até com as norte-americanas³.

Apesar de ser mais do que óbvio, creio que um ponto de partida imprescindível para quem trabalha com fronteiras e territorialidade durante o período de formação do Brasil colonial passará pela utilização precisa de noções operativas, tais como: limites, fronteiras, demarcações, limites naturais, para além da reflexão inevitável em torno de geopolítica, identidade(s), nacionalidade, princípios legitimadores de soberania e possessão, «negociação ou partilha» de autoridade, válidos para contextos históricos específicos.

Mas outras questões podem ser também de interesse. Uma delas está relacionada com a construção da fronteira do Brasil colonial enquanto processo dinâmico que, iniciado no século XV, e não obstante os processos de correcção do velho tratado de limites ocorridos durante os séculos XVIII e XIX, continua a persistir no tempo.

Uma reflexão sobre a construção histórica da *fronteira* sul-americana encontra-se estruturada, de forma hábil, num artigo que Francisco de Solano escreveu para a *Revista de Índias* (1990). Para este historiador, o Brasil nasceu, tal como nasceram outros territórios portugueses e castelhanos, em Tordesilhas. Nesta perspectiva, o que se interpretou neste tratado foram as zonas de influência e as fronteiras, reservando-se à iniciativa e capacidade de Portugal e Espanha a ocupação, distribuição e utilização do solo e povoamento de terras. Embora rígida, a linha de demarcação era difusa e o desconhecimento geográfico, humano e ecológico da realidade colonial nas regiões fronteiriças era notório. Daí resultou a construção duma fronteira «em perpetuo vaivém, movediça, cambiante e dinâmica» que não coincidirá com a linha demarcadora, uma fronteira em que os habitantes – mamelucos paulistas, habitantes dos sertões paraenses ou castelhanos dos vice-reinados – estiveram mais tempo em contacto do que em luta aberta e tiveram uma autonomia que lhes permitiu desenvolver formas de organização específicas, que implicaram todos os indivíduos sem excepção e pressupuseram o desenvolvimento de contactos que englobam desde os humanos e comerciais aos bélicos.

Acima de tudo, parece-me que, para este autor, a fronteira indeterminada e dinâmica, bem como os contactos que aí se estabelecem, são pontos-de-partida ou pretextos para a comparação primorosamente equilibrada das estruturas sociais, económicas e financeiras e dos vínculos naturalmente desenvolvidos pelas sociedades de fronteira ao longo de três séculos de expansão luso-espanhola⁴. Sobretudo fica claro que, se no processo de construção da fronteira a sul, os contactos entre portugueses e espanhóis foram intensos a partir de Quinhentos, noutras regiões mais a oeste e a norte este processo de aproximação, contacto e, por vezes, de tensão e conflito só viria a registar-se em Setecentos, de que Mato Grosso e a Amazónia são exemplos concretos.

³ É Lúcia Osório da Silva que afirma que se alguns trabalhos da historiografia brasileira e argentina discutem a importância da fronteira na construção das sociedades sul-americanas, poucos consideram que esta experiência seja determinante na formação da identidade nacional e das suas instituições, contrariamente ao que terá ocorrido na América do Norte. Aqui, a fronteira terá contribuído para fortalecer os sentimentos dos americanos de fazerem parte de uma sociedade única e o debate gerado permitiu explicar o que era «ser americano» (SILVA, 2003).

Outro conceito interessante foi divulgado junto do público português nos idos de 1999, pela revista *Oceanos*. Refiro-me ao que AJR Russell-Wood desenvolve no artigo «Fronteiras do Brasil Colonial». Nele, o autor, aplicando ao caso brasileiro o conceito de Frederick Jackson Turner de «fronteira como metáfora», sai da noção de *fronteira* como mero limite físico, territorial, político ou geográfico, para enfatizar o seu significado enquanto área de interacção entre diferentes culturas: no caso brasileiro, a europeia, a ameríndia e a africana. Para além disso, justapõe *fronteira* e *sertão*, termo ambíguo que significava «terra de ninguém», habitada por grupos marginais ou marginalizados pela sociedade colonial. Assim sendo, o *sertão* «não era uma fronteira num sentido político ou geográfico, mas antes, um estado de espírito. Sertão não era uma palavra neutra. Era bárbaro, caótico, não cristão, não civilizado, e hostil aos valores e princípios (justiça, cristandade, disciplina, estabilidade, boa administração) apreciados pelos portugueses. Era uma região esquecida por Deus e desconhecida do mundo civilizado. Resumindo, a civilização e a ortodoxia terminavam onde o sertão começava»⁵. O sertão significava simultaneamente eficácia de refúgio para os foragidos da justiça, da igreja, da opressão, e hipótese de oportunidade para bandeirantes e intermediários⁶, chegando alguns indivíduos a «fundir-se» com ele, como foi o caso de Domingos António que incorporou a palavra no nome. Violência, evasão e inortodoxia religiosa eram vectores que definiam a «cultura do sertão», por vezes associadas aos confrontos que aconteciam entre as três culturas reunidas no Brasil.

A permeabilidade da fronteira colonial sul-americana parece-me uma outra noção pertinente. Resultante da aplicação dos limites acordados nos gabinetes europeus em territórios anteriormente ocupados por povos índios, ignorava, assim, outros territórios – os ameríndios – que, de há muito, tinham estabelecido estruturas de comunicação, vias de migração, rotas de comércio, relações de parentesco e coligações interétnicas. Ora esta característica acentuou-se com a fixação dos agentes de colonização que, não obstante deverem defender os interesses dos estados coloniais, tinham vontades e interesses próprios, nomeadamente de natureza comercial, que contrariavam a noção de fronteira estanque⁷.

Ainda um outro aspecto que não deixa de me fascinar é que a produção científica luso-brasileira que conheço melhor em torno da *fronteira*, toma sempre como objecto de estudo o continente, o interior e o acto de «produzir a fronteira continental». Inspirados em referências clássicas e ainda modelares, como são os estudos de Jaime Cortesão, Arthur Cezar Ferreira Reis, Luís Ferrand de Almeida ou Francisco de Solano, Mário Clemente Ferreira⁸, João António Lucídio e Nauk Maria de Jesus, Tau Golin⁹, Elisa Fruhauf Garcia¹⁰, Helen Osório e Ângela Domingues, têm vindo a desenvolver estudos sobre a aplicação de procedimentos político-diplomáticos em relação a áreas geográficas

4 SOLANO, 1991: 187-215.

5 RUSSELL-WOOD, 1999: 9.

6 Sobre o conceito v. DOMINGUES, 2009

7 DOMINGUES, 2000: 226 e ss.

8 FERREIRA, 2000.

9 GOLIN, 2002.

10 GARCIA, 2009.

específicas, privilegiando a organização administrativa, militar e religiosa em territórios ibéricos ou luso-franceses, ou ainda na «revelação do espaço», através do conhecimento geográfico e científico-natural e da representação cartográfica, protagonizados, por exemplo, pela actividade de bandeirantes e tropas de demarcação.

Estes trabalhos admitem, então, que a marcha para oeste, para o interior, e que a ocupação de «terras livres» continuam a ser assuntos historiograficamente férteis, sobretudo quando re-perspectivados à luz da afirmação da imagem do soberano na colónia e do fortalecimento do poder e da autoridade do Estado Moderno Português, não raras vezes negociada e partilhada com os poderes locais e os privados, ou da constituição de um sentimento de identidade colonial e pertença nacional, com significado particularmente importante nas franjas marginais das «conquistas brasílicas».

A produção histórica lusa e brasileira encontra, então, e justificadamente, assunto fascinante e inesgotável na gesta épica constituída pela formação territorial do Brasil, seja com domínios hispano-americanos ou com a Caiena, ampliando as vertentes analisadas pelos estudos clássicos sobre o tema ou abrindo ainda novas perspectivas, nomeadamente ao nível da história comparada entre os Impérios e da valorização dos contactos quotidianos (feitos de contrabando, espionagem, fuga, comércio consentido, amizades) que se constituíram entre as populações da «raia»¹¹.

Contudo, na sua atracção pela *fronteira continental*, os historiadores esquecem ou secundarizam «o mar como a mais perfeita das fronteiras»¹². De facto, e apesar das propostas das «novas amarrações da história colonial», esta omissão do mar enquanto fronteira é historicamente enquadrável. A génese desta linha de abordagem/raciocínio que remete para um *horizonte continental* pode já encontrar-se no fino humor da metáfora usada por frei Vicente do Salvador, quando define o fenómeno como «negligência dos Portuguezes, que sendo grandes conquistadores de terras não se aproveitam dellas, mas contentão-sse de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos»¹³. Ou seja, apesar de ser dado adquirido que a colonização do Brasil se centrou, nos seus tempos iniciais, no litoral – é aqui que chegam os colonos, que se estabelecem os centros de decisão política, os núcleos urbanos e aldeamentos, fazendas e engenhos; que se desenvolvem áreas produtivas; e se concentram pessoas, produtos, capitais, serviços e ideias –, este é sempre um ponto de partida para o interior, para o continente. As escolhas dos colonos de então e dos historiadores de hoje direccionam-se preferencialmente para o interior, seguindo os índios, as minas, o gado, os indivíduos, num processo de «estender o Império»¹⁴.

À semelhança da fronteira continental, também o litoral é simultaneamente fronteira geográfica e fronteira metáfora, resultado de um processo histórico, linha divisora de soberania, referência na construção e defesa do território colonial nacional. É igualmente uma via de fuga e refúgio, como demonstram os estudos sobre as fugas de escravos rebeldes e a formação de comunidades *maroon* nas Américas¹⁵; e surge como um

11 FERREIRA, 2010

12 NOGUEIRA, 2007: 29.

13 SALVADOR, 2006: vol. II, p. 320.

14 A expressão é de ROSA, 2003: 14.

imenso espaço de oportunidades, tal como é considerado na investigação de Ernst Pijning sobre contrabando e comércio ilícito, ou nos estudos de Luiz Felipe de Alencastro ou de João Fragoso sobre o contínuo intercâmbio entre Brasil e África.

Esta opção de estudar a fronteira marítima poderá, de certo modo, integrar-se, no âmbito da história e da cultura atlânticas, na medida em que «pretende ser um exercício na integração das múltiplas dimensões do mundo atlântico, uma ênfase (...) nas conexões, interconectividade, redes e diásporas que ligam a Europa, as Américas e a África; intercâmbio de indivíduos, de flora, de fauna, de mercadorias e produtos, seja de línguas, de culturas, de manifestações de fé e de costumes e práticas tradicionais». Mas não nega ou renuncia ao conceito de *fronteira* enquanto separação – e também permeabilidade –, entre nações e, logo, enquanto factor de distinção entre indivíduos e culturas. Antes, quando a consideramos num contexto internacional de interacção entre estados e nações europeias no Atlântico Sul, o termo *fronteira* é útil, porque permite uma percepção mais clara, mais lúcida do que é comum e do que é antagónico no encontro (e nos choques) entre *dois mundos*: o europeu continental e o colonial sul-americano¹⁶.

Nesta acepção, o Atlântico, para além de ser uma área compartilhada, moldada por uma história comum onde se cruzam rotas, pessoas, culturas, mercadorias, produtos de todas as partes do mundo, é também um espaço historicamente em tensão, com uma história específica que não pode ser contada isoladamente, mas que terá que ser relacionada com outros impérios, nomeadamente os europeus.

OBSERVAR AS FRONTEIRAS, VER O MUNDO: UM ESTUDO DE CASO

Os sistemas de ventos e correntes do Atlântico Sul fizeram do Brasil um local incontornável para escala de navios em circulação no Atlântico Sul, para quem, depois de algumas semanas a navegar em mar aberto, com a água e alimentos deteriorados, se dirigia aos mares do Sul, através do Cabo Horn ou do estreito de Magalhães, ou rumava em direcção ao Índico, pelo Cabo da Boa Esperança.

Os portos brasileiros tiveram um estatuto *sui generis* como pontos de encontro entre o continente e o oceano, como eixos nos movimentos de pessoas, mercadorias e no intercâmbio de informações, simultaneamente *fronteira física* e *fronteira metáfora*¹⁷. Era nos portos brasileiros que os estrangeiros que viajavam por águas do Atlântico Sul eram avaliados pelas autoridades coloniais em função do grau de ameaça militar ou comercial que podiam representar à «boa ordem da república»¹⁸. Tal como era também aqui que as diferenças civilizacionais e culturais mais se faziam notar, com os recém-chegados a considerarem-se num patamar civilizacional superior perante uma sociedade colonial que, embora de reconhecida matriz europeia, era portuguesa e se desenvolvia nos trópicos.

¹⁵ PRICE, 1996.

¹⁶ RUSSELL-WOOD, 2009: 21

¹⁷ RUSSELL-WOOD, 2009: 57

¹⁸ RUSSELL-WOOD, 2009: 60

De entre estes portos, o Rio de Janeiro parece ser uma escala preferida por quem viajava pelo Atlântico Sul como, aliás, fica bem claro na profusão das descrições de viajantes, divulgadas, por exemplo, em duas antologias recentemente editadas por Jean Marcel Carvalho França¹⁹. A «literatura de viagem» na qual estes relatos se integram, a par da correspondência pessoal, é normalmente valorizada pelos historiadores da ciência e do pensamento científico como mecanismo setecentista de produção e disseminação de conhecimento, e logo, de *comunicar ciência*²⁰. Mas os relatos podem também ser fontes válidas para um melhor entendimento da *fronteira* colonial e, assim, contribuir para um melhor entendimento de como os Impérios se pensavam a si e nas suas relações com os outros Impérios; e já agora, de como a Europa se considerava por contraste com outras civilizações ou com as colónias estabelecidas nos trópicos: «A história nunca foi um exclusivo da Europa, e as histórias dos viajantes, por mais que aleguem objectividade, não terão mais valor que as narrativas dos seus anfitriões. Aqueles que os Europeus conheceram nas suas expedições, também conheceram os Europeus»²¹.

De entre as descrições que foram produzidas por viajantes europeus durante Setecentos, há algumas que merecem, neste momento, uma atenção particular, como as decorrentes da primeira viagem de circum-navegação do capitão James Cook, a saber: três diários de viagem (James Cook, Joseph Banks, Sydney Parkinson) e um «relato oficial», resultante da síntese dos diários de Cook e Banks, publicado numa antologia de textos (John Hawkesworth). As quatro relações detêm particular interesse para o entendimento das questões acima apontadas, sobretudo quando confrontadas com cartas particulares e com correspondência oficial trocada com autoridades portuguesas.

A primeira viagem de circum-navegação de Cook ocorreu num curto período de tempo em que inúmeras expedições financiadas pelos governos de França, Inglaterra, Espanha exploraram o Pacífico, com a obrigação de observar, descrever e publicar e de contribuir para a civilização dos povos bárbaros, ensinando-lhes o significado de bandeiras e canhões, de propriedade e comércio, de comportamento civilizado. «Contudo, sempre estiveram conscientes que este *teatro* sempre fora uma encenação dentro de outra encenação, sobre o mundo, os sistemas do poder, a edificação de impérios, a dominação do mundo e a hegemonia», porque descobrir significava tanto descobrir um local, com descobri-lo para alguém – e transmitir esse conhecimento em livros vendáveis, consumidos por um público curioso e ávido de notícias sobre mundos diferentes, exóticos²².

Os papéis de Cook, Banks e Parkinson espelham indiscutivelmente os seus autores enquanto indivíduos, os seus interesses, objectivos, formação enquanto homens de ciência ou com interesses científicos²³. Enquanto o relato do primeiro reflecte a sua formação como chefe da expedição, representante de nação britânica e oficial de

¹⁹ FRANÇA, 1999 e FRANÇA, 2000.

²⁰ MCCLELLAN, 2003: 89.

²¹ DURRANS, 2003: 224.

²² DENING, 1994: 452.

²³ O propósito primeiro desta viagem de circum-navegação, organizada conjuntamente pela Royal Society e Royal Navy, era claro: observar e registar o trânsito de Vénus na sua passagem pelo sol no local onde o fenómeno estaria claramente visível: o Pacífico Sul e Port Royal, no Tahiti.

marinha, estando repleto de referências náuticas e incidentes de viagem com interesse para a navegação – reconhecimento do litoral e de baías, descrição de portos onde os navios podiam encontrar abastecimento e socorro fácil, profundidade das águas, latitudes e longitudes²⁴ –, o do segundo espelha os interesses de um aristocrata formado na Universidade de Oxford, com preocupações claras em registrar, classificar, descrever espécimes e ordenar mundos que se iam abrindo perante si – povos e nações, produções, hábitos, religião, governos²⁵; e, finalmente, o do terceiro, reflectindo uma posição menos «oficial» e mais espontânea, esclarece questões pouco claras nos outros, descrevendo rotas, sinais de terra, espécies avistadas, mas também a morte de um marinheiro e as intenções, restrições, cautelas, justificações das «atitudes oficiais» dos responsáveis pela viagem²⁶. Quanto ao último relato, o de Hawkesworth, importa salientar que os motivos económicos e culturais imediatos que justificam a disseminação do conhecimento de outros continentes junto dos europeus, entrelaçam-se com uma «estratégia de propaganda», destinada a glorificar a nação inglesa como potência marítima consolidada e a exaltar a coroa britânica na sua iniciativa para, em conjuntura de paz e prosperidade, promover viagens com claros propósitos científicos.

A viagem de Cook e os relatos a que dava origem contribuiriam para o conhecimento e exploração de litorais e ilhas até então desconhecidos, para a segurança dos mares, o progresso do comércio, o desenvolvimento das nações e o bem-estar e felicidade dos povos, iniciativas estas que beneficiariam não só a Inglaterra, como toda a Humanidade. Implícita estava a obtenção de reconhecimento da superioridade marítima e científica britânicas por parte da comunidade internacional (leia-se europeia)²⁷. Uma das estratégias adoptadas para «dar a informação ao mundo» era o texto editado²⁸. Mais do que os manuscritos, os impressos eram acessíveis a um público cada vez maior e mais cosmopolita, que considerava a obra como uma espécie de bem-comum (*bonum publicum*), pertença da comunidade dos filósofos e das pessoas letradas²⁹.

Apesar da diversidade de formação e das «agendas» dos autores dos relatos, depreende-se que há uma espécie de «questionário» que se encontra subjacente às observações que efectuam. Este espelhava o que Cook, Banks e Parkinson, homens ilustrados do seu tempo, valorizavam na recolha de informação, tanto em relação ao «mundo natural», como ao «mundo artificial» e tinha subjacentes interesses ecléticos e propósitos utilitários³⁰: questões ligadas à marinharia e à náutica, de incontestável interesse para a navegação, incidindo particularmente na descrição de sistemas de ventos e correntes, profundidade das águas, condições climatéricas, sinais distintivos de proximidade de terra e formas de identificação de portos; descrição de portos, fortifica-

24 COOK, 1768 (Description of Rio de Janeiro).

25 BANKS, vol. I, 1768.

26 PARKINSON (consultado a 25.01.2010).

27 HAWKESWORTH, 1774.

28 PARKINSON (consultado a 25.01.2010).

29 PUNTIN, 2009: 202.

30 Esta ideia de «questionário» implícito é reforçada quando se comparam os vários relatos, tomando também em consideração locais diferentes como, por exemplo, Madeira e Rio de Janeiro.

ções, sistemas de vigilância e defesa e protocolos de entrada e amaragem; observações filosóficas e naturais, com especial relevo para as botânicas e com interesse económico (frutas, vegetais, plantas medicinais); informação sobre o clima e temperatura do ar; descrição dos habitantes: demografia, diversidade étnica, carácter, temperamento; informação de interesse económico: dados sobre produções agrícolas, estado da agricultura e outras actividades económicas, tais como criação de gado, manufacturas, minas; descrição de núcleos urbanos, traçado de ruas e casas; equipamento urbano (fontes, aquedutos), igrejas; organização política e formas de governo; usos e costumes das populações, nomeadamente descrição de técnicas de conservação de géneros alimentícios, alimentos, moedas.

A passagem de Cook pela baía da Guanabara pode considerar-se do ponto de vista das relações oficiais e individuais como politicamente tensa. Os recém-chegados eram membros de uma nova potência com enorme poder naval; eram estranhos que se imiscuíam na vida quotidiana e no universo mental coloniais; eram estrangeiros vistos com receio, desconfiança e, por vezes, medo, tanto pelas autoridades coloniais, como pelas populações³¹.

No sentido de regular intrusões de estrangeiros, a coroa legislou ao longo do século XVIII com o propósito de limitar ao máximo a presença destes indivíduos em território colonial, legalmente restringida às necessidades imperiosas, decorrentes de abastecimento e aguada, reparo de embarcação e socorro em caso de doenças ou, então, a contactos comerciais limitados, ligados à venda de «carga viva», os escravos, e das mercadorias estritamente necessárias para pagar as prestações de serviços (calafetagem, carpintaria, cuidados médicos) e os alimentos. De igual modo, a fortaleza de Santa Cruz e os fortes no sopé do Pão de Açúcar e colocados à entrada da baía, a cidadela de S. Sebastião e as fortificações da ilha das Cobras, Boa Viagem, S. Domingos, Villegagnon, cumpriam uma função vigilante na defesa da cidade, secundados por vários regimentos de tropas regulares e de milícias na defesa da *fronteira colonial*.

Temendo que os recém-chegados constituíssem uma «ameaça à boa-ordem da república» e quisessem atacar o Rio de Janeiro ou dedicar-se a alguma actividade comercial abusiva, o vice-rei conde de Azambuja aplicou escrupulosamente a legislação que regulamentava a amaragem dos navios a território brasileiro: o oficial que Cook enviou a terra com ordens para ser evasivo sobre o destino final da viagem, foi tomado como «refém» temporário enquanto não se procedeu à inspecção do navio e esta inspecção foi registada num auto de exame que revela como Cook foi inquirido sobre a origem, destino e propósitos da viagem, número de oficiais e tripulação, capacidade da embarcação e quantidade de canhões, o tipo de carga e as razões pelas quais tinha aportado ao Rio de Janeiro³². Não tendo estes contactos iniciais contribuído para apaziguar as desconfianças do conde de Azambuja em relação aos objectivos britânicos, mandou o vice-rei bloquear a embarcação por escaleres e não foi permitido a ninguém ir a bordo sem

³¹ FLORES GUZMÁN, 2005: 33-34.

³² Auto de exame feito ao *Endeavour* a 13 de Novembro de 1768 (AHU, CU_017, cx. 89, doc. 7827).

escolta ou desembarcar sem ser em companhia de uma sentinela e apenas em frente do palácio do vice-rei³³.

Os protestos de Cook, logo secundados pelos de Banks, chegaram sob a forma de vários memoriais e de correspondência enviada para Inglaterra via Lisboa: o modo como a recepção aos ingleses foi conduzida era considerado como «uma indignidade» e «um insulto [que] nunca foi antes admitido por nenhum comandante de hua nau de guerra pertencente a Sua Majestade Britânica» e «huma brexa daquella cordialidade e amizade que tanto tempo tem subsistido entre Suas Majestades Britânica e Fidelíssima»³⁴.

A vigilância imposta aos britânicos destinava-se a impedir o seu desembarque no Rio, algo por que eles ansiavam desde o início, quando tinham avistado o litoral coberto de palmeiras e de árvores que lhes eram desconhecidas. Tentavam iludir este controle descendo por uma corda até um bote e indo depois a terra, o que lhes permitia fazer algumas excursões em zonas menos frequentadas³⁵. Os protestos que expressavam a sua decepção eram particularmente ensurdecedores quando davam conta que a tripulação dum navio espanhol, que tinha chegado na mesma altura, tinha desembarcado tranquilamente, enquanto que eles permaneciam enclausurados no *Endeavour* havia três semanas³⁶.

NUNCA NENHUM GRUPO SE LANÇOU AO MAR QUE FOSSE MAIS INDICADO PARA A CAUSA DA HISTÓRIA NATURAL, NEM QUE CUMPRISSE O PROPÓSITO TÃO ELEGANTEMENTE...

Relatos, correspondência e memoriais são elementos fundamentais para perceber, através deste estudo de caso, as fronteiras culturais existentes entre a sociedade britânica e a sociedade *luso-brasileira*, num período em que a Inglaterra era um *theatrum mundi*, uma referência para os ilustrados.

Nesta apreciação contava o facto de o mundo parecer diferente quando visto de um barco, influenciando o modo como os viajantes se definiam perante os *outros* e em relação a si próprios – «Por duas vezes protestei a sua excelência dizendo-lhe (...) a minha causa e quem eu era». Neste caso, quem eram estes viajantes, ou para ser mais precisa, como se consideravam? Evocando aqui algumas questões já sugeridas por Anne Secord com outros objectivos – o da construção de redes dos circuitos de informação científica estabelecidos na Inglaterra oitocentista, bem como dos princípios de confiança e validação de informação a eles associados³⁷ –, estes indivíduos descreviam-se ao vice-rei conde de Azambuja como súbditos leais da coroa britânica, pessoas confiáveis e credíveis,

33 Ofício do conde de Azambuja a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a chegada de James Cook ao Rio, de 28 de Novembro de 1768 (AHU, CU, *Rio de Janeiro*, 017, cx. 87, doc. 7647).

34 «O memorial do tenente Diogo Cook, comandante da nao de Sua Magestade Britânica a *Endeavour* a S. Exa. conde Rolim, vice-rei e capitão-general dos Estados do Brasil», de 17 de Novembro de 1768 (AHU, CU, *Rio de Janeiro*, 017, cx. 87, doc. 7647).

35 PARKINSON (consultado a 25.01.2010).

36 British Library, *Miscellaneous Papers*, Add. 34 733, fl. 38, Relatório dirigido a Earl de Morton, Presidente da Royal Society, por Daniel Charles Solander, de 1 de Dezembro de 1768.

37 SECORD, 1994: 383 e ss.

com interesses náuticos e científicos, cujo trabalho reverteria em benefício da humanidade em geral. Era o reconhecimento da utilidade da sua missão científica, especialmente concedido por George III, que lhes tinha permitido ingressar na expedição e beneficiar a bordo do *Endeavour* de acomodações e conforto: «Sou um cavalheiro, e um de tal fortuna, que posso, com os meus próprios recursos, organizar apropriadamente e sobre a minha supervisão parte da expedição, que pretende explorar a História Natural dos países por onde passarmos. Para este fim, tenho comigo pessoas bem preparadas que, tal como eu, fizeram desta ciência o seu objecto de estudo»³⁸. Estes indivíduos eram, para além de Joseph Banks, o sueco Daniel Charles Solander, os pintores Sidney Parkinson e Alexander Buchanan, um secretário e quarto criados (de que dois eram negros), integrados numa tripulação constituída por um total de noventa e três pessoas.

O universo dos chefes da expedição regia-se por regras de conduta e códigos de etiqueta próprios da aristocracia setecentista, a que não eram alheias noções tais como as de honra, lealdade, zelo, cortesia, verdade, respeito – e reciprocidade. Afinal, estas regras de conduta de «pessoas de bem» pareciam ser em tudo, menos na última, idênticas às que regiam as decisões de António Rolim de Moura, que, contudo, iam em sentido oposto às pretensões britânicas. De facto, o vice-rei recusava-se a permitir a entrada de Banks em território brasileiro, invocando que considerava estar «a faltar à minha obrigação e à minha honra» se o permitisse³⁹. O factor decisivo que motivava estas divergências parece ser, então, as relações de devoção e lealdade que cada súbdito devia ter com o monarca e na defesa dos interesses do seu país. Ora isso tinha repercussões e consequências a nível político, epistemológico, cultural e científico.

Contudo, a relação entre os súbditos dos estados soberanos implicava, como mencionei, uma reciprocidade que, no entender de Cook, Banks e dos seus homens, não estava a ser observada: «Será necessário lembrar a V. Exa. que os súbditos de S. Majestade Fidelíssima tem sido sempre tratados em diferente maneira em toda a parte dos Domínios de S. Majestade Britânica na Europa, Azia, África e América, donde estou certo que os súbditos de S. Majestade Fidelíssima tem sempre recebido dos officiais de S. Majestade Britânica todo o sinal de gentileza e amizade, porquanto o tal modo he estimado pelos Inglezes hum debito devido a todos os súbditos de hum Rey em paz e amizade com seo Amo»⁴⁰.

O vice-rei surgia aos olhos dos leitores britânicos que liam relatos como os de Cook, Banks e Hawkesworth, como um ignorante que acreditava ainda no sistema geocêntrico e um déspota absoluto que exorbitava os seus poderes, «tão absoluto quanto qualquer monarca na terra»⁴¹, não permitindo que indivíduos ilustrados cumprissem uma missão científica que beneficiaria a Inglaterra e a humanidade. Era capaz de manter um indivíduo preso sem lhe instruir julgamento ou de enviá-lo a Lisboa sem

38 British Library, *Miscellaneous Papers*, Add. 34 733, fl. 38 Memória de Joseph Banks, Esq., ao conde Rolim de Moura, vice-rei e governador-general do Brasil, de 17 de Novembro de 1768.

39 British Library, *Miscellaneous Papers*, Add. 34 733, fl. 43v, Resposta de D. António Rolim de Moura a Joseph Banks, Esquire, de 20 de Novembro de 1768.

40 AHU, CU, *Rio de Janeiro*, 017, cx. 87, doc. 7647, O memorial de José Banks a S. Exa. conde Rolim vice-rey e capitão-general dos Estados do Brasil, de 17 de Novembro de 1768.

41 COOK, 1768 (*Description of Rio de Janeiro*).

informar a família do facto. Por seu turno, os súbditos do vice-rei eram definidos como «povo problemático» e «gente iletrada e malcriada», «a mais preguiçosa e ignorante raça de todo o mundo», que, habitando um território fertilíssimo, em tudo semelhante às Índias Orientais, continuavam a depender de Lisboa para provimento de produtos tropicais, como café e chocolate⁴².

Banks, numa linha de pensamento próxima à de autores contemporâneos, como Zacharie de Pazzi de Bonneville (1771), Joseph de La Porte (1777), o abade Raynal (1781) – que definiam os espanhóis (e possivelmente, os ibéricos) como uma antítese da modernidade –, considerava que os portugueses estariam numa escala civilizacional «bem atrás do resto da Europa, possivelmente com excepção dos Espanhóis»⁴³. E fundamentava esta afirmação argumentando questões de carácter (inércia, indolência, preguiça e ignorância) e, sobretudo, de falta de iniciativa para implementar manufacturas úteis ou desenvolver técnicas que permitissem o desenvolvimento económico e o aumento de produtividade. Estivessem territórios como o Brasil ou a Madeira «nas mãos de qualquer outro povo, e o seu valor poderia facilmente duplicar devido à excelência do seu clima, que permite cultivar todo o tipo de colheitas, uma vantagem que os portugueses não souberam aproveitar»⁴⁴.

Para além de permitir perceber os pré-juízos e a responsabilidade que os britânicos consideravam ter em relação aos *outros*, a informação analisada permite também perceber os conceitos que a Inglaterra e os ingleses fazem de si próprios, através destes seus representantes e perante a posição que tiveram perante a sociedade colonial luso-brasileira. Os membros de cada sociedade tinham subjacentes ideias, frequentemente não declaradas, deles, dos *outros* e do que lhes conferia identidade, tal como a linguagem, a cor, a etnicidade, a religião, o género: «A noção que cada grupo tinha da sua identidade cultural moldou a sua percepção dos outros, isto por sua vez levou à auto-compreensão de cada grupo»⁴⁵. Assim, perante a «vociferação» de orações e cânticos, uma manifestação da exuberante catolicidade dos luso-brasileiros, os britânicos distanciam-se como protestantes; face às limitações científicas do vice-rei e do seu *entourage*, que confundiam o trânsito de Vénus com a passagem da Estrela do Norte pelo Pólo Sul assumem-se orgulhosos possuidores de um conhecimento científico mais evoluído, afastados das restrições que a religião católica impunha ao conhecimento científico; enquanto homens ilustrados e civis, distanciam-se do comportamento exorbitante e abusivo dum despótico vice-rei.

De igual modo, percebe-se como interpretavam e reflectiam acerca da grande teoria do lugar da humanidade na natureza ou da função redentora que esperavam da civilização europeia (britânica) a nível global. Nesta linha de raciocínio, os europeus ocupavam um lugar cimeiro na hierarquia civilizacional, mas todos os povos, mesmo os mais bárbaros, incivilizados e incultos, podiam progredir e ser «trazidos à civilização»: «A esperança de viver entre as nações bárbaras e ignorantes que ele poderia descobrir,

⁴² BANKS, vol. 1, Dezembro, 1768, 114.

⁴³ BANKS, vol. 1, Setembro 1768, 22; CAÑIZARES-ESGUERA, 2004: 94-95.

⁴⁴ BANKS, vol. 1, Setembro 1768, 31.

⁴⁵ SCHWARTZ, 1994: 3

algo que daria à vida mais valor e que os enriquecesse interiormente, até um certo grau, através do conhecimento ou, pelo menos, com as *produções* da Europa»⁴⁶. Ou seja, a ciência europeia (e os ideais que lhe estavam associados, como progresso, bem-estar, felicidade) deviam ser partilhados e utilizados com vista à obtenção de melhorias económicas e morais⁴⁷.

Questionando o *wishful thinking* que emana de «programas civilizacionais» como este, cumpre, pois, perguntar o que de facto acontecia quando os representantes dos «mundos civilizados» ultrapassavam fronteiras geopolíticas e se deparavam com incompreensões não só políticas como também culturais, geradas por «outros mundos civilizados», como os criados por poderes coloniais no Atlântico Sul? Ou, reformulando a questão, se, como defende Stuart Schwatz, «em termos sociais e religiosos, o Brasil foi criado à semelhança de Portugal, não para transformá-lo ou superá-lo», como pensar as relações que outros europeus (britânicos) desenvolveram com os portugueses na colónia durante a década de 1760 e de que forma é que o aprofundar deste problema pode contribuir para uma melhor compreensão de sentimentos de pertença, de identidades (nacionais e coloniais) ou, ainda, de consciências históricas colectivas⁴⁸?

O Brasil era descrito por Cook, Banks e Parkinson como uma espécie de «terreno virgem» para os naturalistas, uma vez que muitas das espécies animais, vegetais e minerais observadas não eram conhecidas, nem tinham sido estudadas, classificadas e descritas de acordo com os critérios científicos exigidos pela *ciência de Lineu*, ou observadas e medidas através de instrumentos de precisão transportados nesta viagem, como termómetros e microscópios. Apesar de utilizar livros recentes, como os resultantes das viagens de William Dampier⁴⁹, George Anson⁵⁰, do comodoro Byron⁵¹, ou das observações científicas de Edwards e Brissons; apesar de reconhecer validade do saber empírico de marinheiros, pescadores ou carpinteiros para assuntos relacionados com as suas profissões, Joseph Banks possivelmente considerava que as descrições fornecidas por estes indivíduos – que não tinham uma formação científica específica e/ou um conhecimento directo ou actualizado do território brasileiro – não eram suficientemente precisas no que tocava à descrição de espécimes naturais: «De facto, ninguém que conheço, nem os curiosos, esteve aqui desde Margrave e Piso no ano de 1640, é portanto, fácil imaginar o estado da História Natural que este país tem para oferecer»⁵².

Por seu turno, os ibéricos, depois de reconhecidas contribuições epistemológicas ao nível da cosmografia e da náutica (as constelações do hemisfério sul), da botânica e farmacopeia (introdução de novos remédios relacionados com as plantas exóticas dos Novos Mundos) e da geografia em Quatrocentos e Quinhentos (descobrimiento de novas terras), estavam, na opinião dos viajantes do norte da Europa, completamente afastados

⁴⁶ HAWKESWORTH, 1773: 3.

⁴⁷ BLEICHMAR, 2009: 448.

⁴⁸ SCHWARTZ, 1987: 19.

⁴⁹ DAMPIER, 1697.

⁵⁰ WALTER, 1748.

⁵¹ *Byron's voyage*, HAWKESWORTH, 1773.

⁵² BANKS, vol. I, November 1768, Rio de Janeiro 94.

das *ideologias protestante e iluminista* dos países aí situados e do desenvolvimento científico político e económico que aí imperava⁵³.

Na natureza brasílica encontravam-se as flores mais bonitas, os pássaros de plumagem mais elegante, insectos e borboletas de todas as variedades, caranguejos em grande quantidade, «uma visão muito agradável, que se veio a modificar com o passar do tempo porém sem dúvida que cansará com a continuação»⁵⁴. O açúcar, tabaco e abóboras eram de grande qualidade, mas as couves, ervilhas, favas, feijões e nabos, os ananases, melancias, melões, laranjas, limas, bananas, mangas, cajus, maçãs, peras e pêssegos, muitos deles inegavelmente tropicais, eram consideradas como sendo de qualidade inferior às cultivadas nos jardins britânicos ou provadas pelos apurados paladares europeus; umas vezes insípidas ou ácidas, outras vezes sem sabor ou perfume. As laranjas, sendo melhores do que as que se consumiam em Inglaterra, podiam, no entanto, comparar-se às produzidas em Itália e Portugal. Tal como os pastos eram «os piores que alguma vez vi devido à falta de pastagens, e consequentemente a carne vendida era magra e apesar do preço ser razoável, a carne era praticamente incomestível para um inglês»⁵⁵. A mandioca, descrita como um substituto de pão, era utilizada pelos luso-brasileiros em forma de «bolos que sabem como se fossem feitos de serradura»⁵⁶. Contudo, a principal riqueza da colónia consistia nas minas, localizadas no interior, a uma distância indeterminada e com as vias de comunicação fortemente regulamentadas pelas medidas legislativas emanadas do governo regional e controladas pela vigilância das tropas de dragões. Quanto às manufacturas, excepto as redes de algodão, eram de todo inexistentes no país.

Em relação à cidade do Rio de Janeiro, importa notar que a capital dos domínios portugueses na América do Sul era relatada como sendo comparável a cidades como Bristol ou Liverpool: regular e bem construída, de malha urbana quadricular e dotada de boas casas com balcões, aqueduto, inúmeras igrejas, e governada por um sistema «ainda mais despótico que o de Portugal, embora muitas precauções fossem tomadas para esconder esse facto»⁵⁷.

Em suma, a colónia brasileira era considerada por Banks, Parkinson e Cook como um local fertilíssimo e subaproveitado, de bom clima, com abundância de peixes, animais, frutas e muitos outros produtos que não se descreviam porque não tinham sido observados, capaz de produzir tanto géneros de primeira necessidade, como de luxo, com muito pouco esforço ou investimento: «estivesse nas nossas mãos, Ingleses, e rapidamente veríamos resultados, visto haver abundância mesmo nas mãos dos portugueses, os quais considero serem, sem excepções, a mais preguiçosa e ignorante raça em todo o mundo»⁵⁸.

De que forma é que olhares como estes, expressos na *literatura de viagens* setecentista, que enfatizam a imagem de um Brasil detentor de recursos naturais inesgotáveis e subaproveitados, associada a uma presença portuguesa incapaz de explorar na sua

53 CAÑIZARES-ESGUERA, 2004: 93.

54 BANKS, vol. I, November 1768, Rio de Janeiro 94.

55 BANKS, vol. I, December 1768, Rio de Janeiro, 114.

56 BANKS, vol. I, December 1768, Rio de Janeiro, 114.

57 BANKS, vol. I, December 1768, Rio de Janeiro, 114; COOK, 1768.

58 BANKS, vol. I, December 1768, Rio de Janeiro, 128.

plenitude esses recursos naturais, nomeadamente através do uso de recursos técnicos eficazes, por um lado, e, por outro, de britânicos esforçados, trabalhadores, detentores de conhecimentos científicos e recursos tecnológicos, que tinham por vontade e missão levar a «civilização» aos locais por onde passavam, para a honra e a glória do seu país, em particular, e da humanidade, em geral, estão na origem ou influenciaram, de algum modo, os projectos hegemónicos e expansionistas que, nos inícios de Oitocentos, colocavam o Brasil no âmago das preocupações imperialistas britânicas? E fundar no Brasil, como defendia o «imortal Guilherme Pitt», um Quinto Império que excluísse Napoleão e os franceses dos tesouros dos três reinos da natureza que, até então «enterrados e escondidos», saíam à luz graças à iniciativa e engenho britânicos⁵⁹. O plano era que «Deveria ser-nos dado, exclusivamente, o poder sobre todo o comércio e tesouros da América do Sul», nem que para isso os britânicos tivessem que ceder à França «duas pequenas colónias que os portugueses diziam ter nas Filipinas, em vez daquilo que a França lhes pedia no Brasil»⁶⁰.

Nesta linha de investigação que agora se começa a definir, creio que uma reflexão em torno de fronteira e da sua aplicabilidade em relação a este caso, bem como relatos de viagens como o de Cook, Banks e Hawkesworth para o estudo da questão, são apropriados e válidos. Importa amadurecer questionários e tentativas de resposta.

FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

AHU, ACL, CU_, *Rio de Janeiro*, 017, cx. 87, doc. 7647.

AHU, ACL, CU_, *Rio de Janeiro*, 017, cx. 89, doc. 7827.

BRITISH LIBRARY

Miscellaneous Papers, Add. 34 733.

Historical Manuscripts Commission. Reports on the manuscripts of the JB Fortescue esp. Preserved at Dropmore, vol. IX, Londres, Printed for His Majesty's Stationery Office, 1915.

BANKS, Joseph – *The Endeavour Journal of Joseph Banks*. Vol. I. Disponível em <URL: http://www2.sl.nsw.gov.au/banks/series_03/download.cfm>. [Consult. 25.01.2010].

COOK, James – *James Cook's Journal of remarkable occurrences aboard His Majesty's Bark Endeavour, 1768-1771*. Disponível em <URL: http://southseas.nla.gov.au/journals/cook_remarks/001.htm>. [Consult. 25.01.2010].

DAMPIER, William (1697) – *A new voyage round the world describing particularly the isthmus of America, several coasts and islands in the West Indies, the Isles of Cape Verd, the passage by Terra del Fuego, the south sea coasts of Chili, Peru, and Mexico; the Isle of Guam, one of the Ladrones, Mindanao, and other Philippine and East India islands near Cambodia, China, Formosa, Luconia, Celebes, &c., New Holland, Sumatra, Nicobar Isles; the Cape of Good Hope and Santa Hellena: their soil, rivers, harbours, plants, fruits, animals, and inhabitants: their customs, religion, government, trade, &c.* London: Printed for James Knapton. Disponível em <URL: <http://www.galapagos.to/TEXTS/DAMPIER-0.HTM>>. [Consult. 08.03.2010].

⁵⁹ PITT, 1821: 9

⁶⁰ British Library, *Historical Manuscripts Commission. Reports on the manuscripts of the JB Fortescue esp. Preserved at Dropmore*. Londres: Printed for His Majesty's Stationery Office, 1915, vol. IX, p. 143, Carta de Lord Auckland a Lord Grenville de 14 de Novembro de 1807; idem, Carta de Lord Grenville a Henry Dundas, de 11 de Dezembro de 1798.

- HAWKESWORTH, J. (1773) – *An account of the voyages undertaken by the order of His Present Majesty for making discoveries in the Southern Hemisphere and successively performed by Commodore Byron, Captain Wallis, Captain Carteret and Captain Cook in the Dolphin, the Swallow and the Endeavour, drawn up from the journals which were kept by the several commanders, and from the papers of Sir Joseph Banks, Bart.* London. Disponível em <URL: <http://southseas.nla.gov.au/journals/hv23/title.html>>. [Consult. 08.03.2010].
- HAWKESWORTH, J., (1774) – *Relation des voyages entrepris par l'ordre de Sa Majesté Britannique et successivement exécutés par le Commodore Byron, le Capitaine Carteret, le Capitaine Wallis et le Capitaine Cook, dans les vaisseaux le Dauphin, le Swallow, et l'Endeavour.* Traduite de l'anglois, à Paris: Chez Saillant et Nyon et Panckoucke, tomos I a VIII.
- PARKINSON, Sidney – *A journal of a voyage to the South Seas in His Majesty's Ship The Endeavour, faithfully transcribed from the papers of the late Sidney Parkinson, draughtsman to Joseph Banks, Esq. on his late expedition with Dr. Solander, round the world Embellished with views and designs delineated by the author and engraved by capital artists...* Disponível em <URL: <http://southseas.nla.gov.au/journals/parkinson/001.html>>. [Consult. 25.01.2010].
- PITT, Guilherme (1821) – *Discurso do immortal Guilherme Pitt, pronunciado poucos anos antes do seu falecimento, no Parlamento Imperial dos Reinos Unidos da Grã-Bretanha e Irlanda. Contem reflexões e prognósticos dignos de perpétua lembrança dos veneradores deste grande homem de estado.* Lisboa: na Officina de António Rodrigues Galhardo.
- WALTER, Richard (1748) – *Voyage round the world in the years 1740, 41, 42,43, 44 by George Anson, esquire, commander in chief of the squadron of His Majesty's ships sent upon an Expedition to the South-Seas compiled from papers and other Materials of the Right Honourable George lord Anson and published under his direction by... A, Chaplain of his Majesty's ship the Centurion in that expedition.* Londres: printed for the author by John and Paul Knapton. (Versão ed. 1901). Disponível em <URL: <http://www.gutenberg.org/etext/16611>>. [Consult. 08.03.2010].

BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (2000) – *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII.* São Paulo: Companhia das Letras.
- BLEICHMAR, Daniela (2009) – «Visible empire: scientific expeditions and visual culture in the Hispanic enlightenment». In *Postcolonial Studies*, vol. 12, n.º 4, p. 441-466.
- CAÑIZARES-ESGUERA, Jorge (2004) – «Iberian Science in the Renaissance: ignored how much longer?». In *Perspectives on Science*, vol. 12, n.º 1, p. 86-124.
- DENING, Greg (1994) – «The theatricality of observing and being observed: Eighteenth-century Europe “discovers” the? Century Pacific». In SCHWARTZ, Stuart B., ed. – *Implicit understandings: observing, reporting and reflecting on the encounters between Europeans and other peoples in the Early Modern Era.* Cambridge: Cambridge University Press.
- DOMINGUES, Ângela (2000) – *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- ____ (2009) – «“Régulos e absolutos”: episódios de multiculturalismo e intermediação no norte do Brasil (meados do século XVIII)». In VAINFAS, Ronaldo; MONTEIRO, Rodrigo Bentes – *Império de várias faces. Relações de poder no mundo ibérico da época moderna.* São Paulo: Alameda.
- DURRANS, Brian (2003) – «Venture to the exterior». In SLOAN, Kim (ed.) – *Enlightenment. Discovering the world in the eighteenth century.* Londres: The British Museum.
- FERREIRA, Mário Clemente (2000) – *O tratado de Madrid e o Brasil Meridional. Os trabalhos demarcadores das partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761).* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

- ____ (2010) – «O antemural da colónia. Construção da fronteira em Mato Grosso no século XVIII», apresentação de projecto nas 2.^{as} Jornadas *História dos Impérios Ibéricos. Investigações em curso*. CHAM/Pablo de Olavide (FCSH/UNL, Lisboa).
- FLORES GUZMÁN, Ramiro (2005) – «El enemigo frente a las costas. Temores y reacciones frente a la amenaza pirata, 1570-1720». In LAURO, Claudia Rosas (ed.) – *El miedo en el Perú, siglos XVI al XX*, p. 33-50. Lima: Fondo Editorial, PUC-Perú.
- FRANÇA, Jean-Marcel Carvalho (1999) – *Visões do Rio de Janeiro colonial [Antologia de textos (1531-1800)]*. Rio de Janeiro: EdUERJ e José Olympio Ed.
- ____ (2000) – *Outras visões do Rio de Janeiro colonial. Antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed.
- GARCIA, Elisa Fruhauf (2009) – *As diversas formas de ser índio. Políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- GOLIN, Tau (2002) – *A fronteira. Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*, 2 vols. Porto Alegre: L&PM.
- MCCLELLAN III, James (2003) – *Scientific institutions and the organization of science*. In PORTE, Roy, ed. – *Cambridge History of Science. Science. Eighteenth century Science*, vol. 4, p. 87-106. Cambridge: Cambridge University Press.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das (2010) – *Independência, autonomia e liberdade antes do liberalismo no Brasil (1808-1831)*. Comunicação apresentada ao «Colóquio Luso-Brasileiro Territórios e Fronteiras do Poder». Lisboa: ISCTE-IUL.
- NOGUEIRA, Ricardo José Baptista (2007) – «Fronteira: espaço de referência identitária». In *Atelier geográfico*, vol. 1, n.º 2, p. 27-41, Dezembro.
- PRICE, Richard, ed., (1996) – *Maroon societies. Rebel slave communities in the Americas*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.
- PUNTIN, Isabelle (2009) – «O papel das traduções nos intercâmbios científicos europeus nos séculos XVI e XVII». In BURKE Peter; HSIA, R. Po-chia (org.) – *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora UNESP.
- ROSA, Carlos Alberto (2003) – *O urbano colonial na terra da conquista*. In *A terra da conquista. História de Mato Grosso colonial*, p. 11-49. Cuiabá: Editora Adriana.
- RUSSELL-WOOD, AJR (1999) – «Fronteiras no Brasil colonial». In *Oceanos*, n.º 40, p. 8-20, Outubro/Dezembro.
- ____ (2009) – «Sulcando mares: um historiador do Império português enfrenta a “Atlantic History”». In *História*, 28, 1, p. 17-70. São Paulo.
- SALVADOR, Frei Vicente do (2006) – «História do Brasil». In SILVA, Maria Leda Oliveira Alves – *História e política no Brasil de Seiscentos. A História do Brasil de frei Vicente do Salvador*. Lisboa: FCSH/UNL. Dissertação de doutoramento apresentada à FCSH/UNL.
- SCHWATZ, Stuart B., (1987) – «The formation of a colonial identity in Brazil». In CANNY, Nicholas; PAGDEN, Anthony, ed. – *Colonial identity in the Atlantic world (1500-1800)*. Princeton: Princeton University Press.
- ____ (1994) – «Introduction». In SCHWATZ, Stuart B., ed. – *Implicit understandings. Observing, reporting and reflecting on the encounters between Europeans and other peoples in the Early Modern Era*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SECORD, Anne (1994) – «Corresponding interests artisans and gentlemen in the nineteenth-century natural History». In *British Journal for the History of Science*, vol. 27, 4 (Dezembro).
- SILVA, Lúcia Osório (2003) – *Fronteira e identidade nacional*. Disponível em <URL: http://www.abphe.org.br/congresso2005/textos/abphe_2003_101.pdf>. [Consult. 15.01.2010].
- SOLANO, Francisco de (1991) – «Contactos Hispano portugueses en América a lo largo de la frontera brasileña» (1500-1800). In SOLANO, Francisco; BARNABEU, Salvador (coord.) – *Estudios (nuevos y viejos) sobre la frontera*, p. 187-215. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Centro de Estudios Históricos.